



O governador acompanhado da presidente do TRE e do secretário de Segurança Pública

CARTA DE BRASÍLIA

Crescimento preocupa ONU

A Carta de Brasília — com o resumo das conclusões do Simpósio “Brasília: Conceção, Realidade, Destino”, realizada de 20 a 24 de outubro último — foi entregue ontem pelo governador José Aparecido aos presidentes de todos os partidos políticos do DF, em reunião no Palácio do Buriti, da qual participaram também a presidente do TRE, Maria Thereza Braga, além do secretariado do GDF.

Ao entregar a carta, Aparecido disse que o que se pretende é fornecer um subsídio aos partidos políticos e à bancada a ser eleita amanhã, para que esses possam levar ao Congresso Nacional uma proposta para o Distrito Federal. Destacou também que o outro objetivo da reunião foi colocar, na presença dos representantes dos partidos, todos os órgãos da administração direta e indireta do GDF à disposição da Justiça Eleitoral, representada pela presidente do TRE, Maria Thereza Braga.

A idéia do simpósio “Brasília: Conceção, Realidade, Destino” partiu do próprio governador José Aparecido e teve apoio, entre outros do presidente José Sarney, dos ministros Deni Schwartz (Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente), Ronaldo Costa Couto (Interior), além do reitor da UnB, Cristóvam Buarque. O objetivo foi analisar o problema de Brasília como cidade, Capital Federal, poderoso centro de atração demográfica, dominado por um gigantismo urbano prematuro e ameaçador, que preocupa inclusive a Organização das Nações Unidas.

Tomaram parte do encontro, realizado no Palácio do Itamaraty, analistas vindos dos mais diferentes

pontos do País, para colaborar na avaliação da dinâmica da cidade, na caracterização dos seus problemas e na apreciação de suas perspectivas.

O simpósio desenvolveu-se em oito painéis, agrupando temas que guardavam entre si conotações semelhantes. Nas conclusões fundamentais do simpósio é destacado que Brasília cumpriu apenas parcialmente o objetivo de induzir o desenvolvimento de toda a região Centro-Oeste, ou seja, propiciou muito mais um desenvolvimento concentrado do que um desen-

volvimento regional.

Observa-se também que toda a atenção se voltou para o ato de construir o Plano Piloto e como consequência disso nasceram as cidades-satélites, já com acentuadas características metropolitanas, mas com um grau de dependência quase total para com o Plano Piloto, por falta de uma auto-sustentação econômica.

Acrescenta ainda o documento que Brasília contém uma população três vezes maior que a projetada para o final deste século, estimada em torno de 500 mil ha-

bitantes, podendo rumar para um volume demográfico de quatro milhões de habitantes nos próximos 15 anos.

É ressaltado que a área metropolitana não tem condições de se equipar e se estruturar física, social e administrativamente para suportar tamanho encargo urbano em prazo tão exiguo. Credita também esse crescimento populacional explosivo de Brasília ao resultado de seu elevado poder de atração e das enormes disparidades regionais, fruto de uma estrutura econômica concentra-

dora e distorcida, causadora dos processos migratórios.

Adverte que a área do DF é carente de certos recursos físicos entre os quais sobressaem os hídricos, suficientes apenas para a população atual e que, embora ampliados, não possibilitam um crescimento urbano acelerado, a menos que se importe água de mananciais muito distantes, a custo elevados.

No que diz respeito à política nacional de desenvolvimento urbano, o documento recomenda que deve-se ampliar sua concentração para uma política nacional desenvolvimentista, “pois o fenômeno urbano, notadamente como o revelado no Brasil, é aspecto particular de um fenômeno maior, mais abrangente, dentro do binômio campo-cidade”. Ressalta, porém, que a reforma agrária é necessária, mas não suficiente.

POLÍTICA

Acrescenta ainda o documento que o DF carece de uma estrutura jurídica organizacional. Observa que o Plano Piloto e as cidades-satélites postulam autonomia e maior representatividade. Ressalta, contudo, que nesse aspecto as opiniões divergem. Enquanto alguns argumentam que a autonomia é incompatível com as funções institucionais de Capital Federal, incompatibilidade agravada mais ainda pela quase total dependência financeira para com a União; outros defendem-na com determinação. O documento recomenda que deve-se encontrar uma configuração jurídico-administrativa que compatibilize as duas tendências, sem prejuízo da missão maior, institucional.